

Relações Públicas Internacionais e Diplomacia Pública: investigando a interdisciplinaridade na academia e na prática

Aline Santos¹

RESUMO

O presente estudo busca compreender a interseção entre as Relações Públicas Internacionais e a Diplomacia Pública, explorando como essas áreas se relacionam e se complementam. Através de revisão bibliográfica e documental, analisou-se definições e objetivos das áreas, além de investigar a formação de profissionais tanto na área diplomática quanto em Relações Públicas no Brasil. Os resultados revelam uma sobreposição de objetivos entre as duas áreas, destacando a necessidade de uma maior integração e articulação entre elas para potencializar estratégias de comunicação e construção de imagem em nível internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Públicas Internacionais; Relações Públicas; Diplomacia Pública; Relações Internacionais.

1. Introdução

É sabido que há algumas décadas o mundo passa por um processo de globalização que se intensifica progressivamente, muito apoiado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação. Em meio a esta realidade, Heath (apud BASTOS, 2010, p. 52) apresenta o que considera como uma ironia da era da globalização: “um sentimento de que o globo está simultaneamente encolhendo na medida em que se expande em um caleidoscópio crescente de povos, línguas, culturas, estruturas governamentais e sistemas econômicos.” É neste cenário que vem se desenvolvendo o estudo e a prática das Relações Públicas Internacionais.

Este artigo, resultado de pesquisa bibliográfica e documental, busca compreender como, em nível de nação, as Relações Públicas podem integrar os esforços que visam conectar Estados e povos - uma tarefa atribuída principalmente à Diplomacia Pública, no campo das relações internacionais. Nesse sentido, para além da teoria, procuramos também observar a composição curricular da formação de diplomatas e profissionais de

¹ Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: alinebla@gmail.com.

Relações Públicas brasileiros, o que permitiria entender como, na prática, a interdisciplinaridade é desenvolvida.

2. Relações Públicas Internacionais

Para compreender as Relações Públicas Internacionais, é relevante resgatar primeiro a definição e outros aspectos da área das Relações Públicas como um todo. Aqui, entre tantos teóricos possíveis, optamos por focar nas ideias desenvolvidas por Roberto Porto Simões, já que suas premissas tratam de algumas questões que são pertinentes não só para o entendimento dos usos das Relações Públicas na atualidade, mas seus desdobramentos no âmbito das Relações Públicas Internacionais.

Simões (1995) acredita que a definição da área pode ser entendida a partir de dois vieses. Um versa sobre as Relações Públicas enquanto ciência, enquanto o outro se dedica a estudar a atividade. Como função da ciência, o autor indica que há um caráter explicativo, preventivo e de controle das dinâmicas de poder no sistema organização-público. Já ao descrever a atividade, Simões (1995, p. 82) afirma que:

As Relações Públicas constituem uma “função” da direção de caráter permanente e organizado, através da qual uma empresa pública ou privada procura obter e conservar a compreensão, a simpatia e o concurso de todas as pessoas a que se aplicam. Com esse propósito, a empresa deverá fazer uma pesquisa na área da opinião que lhe convém (adaptando a ela, tanto quanto possível, sua linha de conduta e seu comportamento) e, pela prática sistemática de uma ampla política de informação, obter uma eficaz cooperação em vista da maior satisfação possível dos interesses comuns.

A partir dessa concepção de Relações Públicas proposta por Roberto Porto Simões, partimos, então, a pensar os desdobramentos das Relações Públicas Internacionais. Coombs e Signitzer (1992) afirmam que os livros de Relações Públicas que incluem capítulos sobre o aspecto internacional são dedicados, principalmente, à problemática das relações entre multinacionais e seus públicos. Eles explicam: “Como Estados-nações, países ou sociedades gerenciam suas relações comunicacionais com seus públicos estrangeiros permanece em grande parte no domínio das ciências políticas e relações internacionais.” (COOMBS e SIGNITZER, 1992, p. 138) No mesmo sentido, Culbertson e Chen (2013) além de reconhecerem o aspecto de priorização de

multinacionais, também acrescentam que a literatura sobre as Relações Públicas Internacionais foca principalmente em organizações ocidentais. Dessa forma, coube a este estudo buscar referências bibliográficas que tratem das relações entre Estados e governos com públicos estrangeiros sob a ótica das Relações Públicas.

As definições para Relações Públicas Internacionais também são várias, mas, em geral, possuem pontos de convergência ou são complementares. Cândido Teobaldo de Souza Andrade (2003, p. 125), um dos pesquisadores pioneiros das Relações Públicas no Brasil, defende a atividade como “método de ação que visa fomentar a compreensão entre os povos, utilizando-se de técnicas próprias, ajustadas às culturas, tradições e características locais.”

Uma outra definição sobre Relações Públicas Internacionais pode ser encontrada em Brasil (apud SILVA, 2005, p. 7)

(...) o conjunto de medidas, iniciativas, esforços, e formas práticas de ação e expressão, que visam obter mais estreito e produtivo relacionamento entre os povos, no sentido de estimular e facilitar o entendimento, a coexistência e a cooperação entre eles; no sentido também de fomentar melhores e mais amplas atividades de intercâmbio comercial e industrial e finalmente, com o objetivo de ampliar os níveis de cultura geral, através de mútuas facilidades de acessos aos respectivos patrimônios e instrumentos de cultura.

Tal conceituação, como visto, reforça os aspectos relacionais, desenvolve finalidades e objetivos da referida área. Esses aspectos, além dos anteriormente citados, fundamentam o entendimento das Relações Públicas Internacionais, permitindo analisar sua possível articulação com as relações internacionais.

3. Diplomacia Pública

Situada no campo das relações internacionais, Tuch (1990) explica que a Diplomacia Pública é a área que trata da comunicação de um Estado-nação com públicos estrangeiros, procurando disseminar a compreensão de ideias e ideais dessa nação, bem como sua cultura, instituições, objetivos e políticas. Essa forma de entender a Diplomacia Pública vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Sobre isso, Coombs e Signitzer (1992) dizem que apesar do termo comumente evocar um imaginário da troca de

documentos formais entre nações, o formato da diplomacia tradicional está dando lugar à nova diplomacia.

Joseph Nye (2004), cientista político estadunidense, segue explicando que há três dimensões para a Diplomacia Pública. A primeira diz respeito à comunicação de rotina principalmente com a imprensa, no objetivo de explicar contextos e decisões de um governo. A segunda dimensão é a comunicação estratégica. Neste ponto, Nye (2004) explica que há o planejamento de campanhas de comunicação e eventos simbólicos para destacar temas importantes ou avançar interesses do governo. A última dimensão estaria ligada ao desenvolvimento de relações duradouras com indivíduos-chave, sustentadas por intercâmbios, seminários, bolsas de estudos, acesso a canais de mídia etc.

A Diplomacia Pública - que faz parte dos esforços de estabelecimento de *soft power* por parte dos países - tem como principal objetivo, de acordo com Malone (1988, p. 3), "influenciar o comportamento de um governo estrangeiro, através da influência sobre as atitudes de seu povo." Koschwitz (1986, apud COOMBS e SIGNITZER, 1992, p. 139) descreve os sub-objetivos da atividade:

Intercâmbio de informações, redução de clichês e preconceitos, criação de simpatia por suas próprias políticas internacionais e modelo de sociedade, autorrepresentação, e construção de imagem são todos sub-objetivos da Diplomacia Pública. Eles revelam mais similaridades na conexão entre Diplomacia Pública e Relações Públicas.

4. Multidisciplinaridade: teoria e prática

Ao compararmos os subobjetivos da Diplomacia Pública proposto por Koschwitz com a definição de Relações Públicas defendida por Coombs e Signitzer (1992, p. 139), observamos uma grande similaridade entre as duas áreas, pois ambas possuem o mesmo objetivo: impactar a opinião pública para beneficiar uma organização. No caso das Relações Públicas Internacionais, basta refletirmos sobre a atividade de Relações Públicas no âmbito global. Vejamos:

(...) praticamente qualquer texto introdutório de Relações Públicas dirá que a atividade é usada para alcançar intercâmbio de informações, redução de conceitos equivocados, a criação de cooperação, e construção de uma imagem.

L’etang e Pieczka (1996), - numa tentativa de estabelecer convergências entre Relações Públicas Internacionais e Diplomacia Pública - criam uma divisão de funções que consideram estar no escopo das duas atividades. Essas funções, para as autoras, seriam: inteligência (pesquisa e entendimento do cenário), representacional (retórica, oratória e *advocacy*²), dialógica (negociação e pacificação), e consultiva (aconselhamento). É possível perceber que as funções de fato fazem parte da atividade de Relações Públicas, ao que incluem, respectivamente, diagnóstico, discurso, relacionamento e estratégia – todos parte da gestão da comunicação organizacional.

Apesar dos argumentos apresentados, alguns autores veem limitações para o emprego das áreas de Relações Públicas e Diplomacia Pública atualmente. É o caso de Coombs e Signitzer (1992), que afirmam que ambas as áreas não estão prontas para lidar com as novas demandas que o rápido desenvolvimento tecnológico produz. Apontam, ainda, que as Relações Públicas são pouco sofisticadas no âmbito das estratégias internacionais que um Estado-nação deve utilizar. Isso porque, para os autores, as Relações Públicas Internacionais foram pensadas para corporações, o que acarreta diferenças na prática. Por outro lado, explicam que a Diplomacia Pública não possui ferramentas necessárias para alcançar o objetivo de causar mudanças em públicos estrangeiros.

Com isso, buscando ir além das proposições acadêmicas, partimos para entender dois cenários: o de formação do diplomata brasileiro, e o de formação do bacharel em Relações Públicas no Brasil. No país, pode tornar-se diplomata o indivíduo aprovado em concurso público, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Entre os requisitos, está a formação em nível superior, sem especificação, no entanto, de curso ou área. Após aprovado em concurso, o futuro diplomata ingressará no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, com a duração de 3 semestres.

No site do MRE, tivemos acesso a dois documentos que evidenciam a organização de tal curso em diferentes momentos: 2019³ e 2020⁴⁵. O primeiro entre uma série de

² Entendemos não haver tradução adequada para o termo. Compreende-se por *advocacy*: “defender e argumentar em favor de uma causa, uma demanda ou uma posição.” (LIBARDONI, 2000, n.p)

³ Acesso em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/arquivos/programadetrabalhodeformaodeDiplomatas.pdf>

⁴ Não foi possível encontrar documentos que explicitem a atual composição curricular vigente no governo Lula.

⁵ Acesso em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/arquivos/anuario/2020.pdf>

disciplinas contemplando política, economia e direito, apresenta a disciplina de “Diplomacia e Relações Públicas”. Já o segundo deixa de ofertar o referido tema em seu currículo.

Um fato importante acontece entre esses dois anos. Marques e Júnior (2023) explicam que o currículo de um ano é sempre determinado por aquele governo em vigência no ano anterior. Ou seja, o currículo de 2019 foi determinado em 2018, sob o governo Temer, enquanto o de 2020 foi determinado em 2019, já sob o governo Bolsonaro. Os autores atribuem essa remoção da disciplina na formação dos diplomatas à falta de interesse deste último governo com a relação do Brasil com a sociedade internacional.

No mesmo sentido, procuramos entender se a multidisciplinaridade se aplicaria também à formação do profissional de Relações Públicas. Para tanto, acessamos o site de universidades de todo o Brasil e selecionamos uma amostra de 10 que ofertavam cursos de graduação intitulados por “Relações Públicas”: Universidade Feevale; Unisinos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de São Paulo (USP); PUC-RS; Universidade Federal do Alagoas (UFAL); UCS; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Nessa etapa, buscamos conhecer o currículo do curso, conforme é disponibilizado a quem acessa o site da universidade⁶. Analisamos a oferta de disciplina pelo nome, na procura de indicativos da inclusão de temáticas internacionais. Entre as 10, apenas 2 têm em sua grade obrigatória disciplinas que evidenciam o objetivo de pensar a comunicação ou as Relações Públicas em nível internacional: UFRGS⁷, com “Comunicação e Relações Internacionais”; e USP⁸, com “Relações Públicas Globais”. UCS⁹ e Feevale¹⁰ têm disciplinas obrigatórias que debatem temas globais, sem deixar claro se há um cunho apenas sociológico ou também aplicação direta na comunicação: “Cenários

⁶ A pesquisa não pretende fazer uma avaliação detalhada do currículo de cada curso, mas traçar um esboço do cenário acadêmico no que diz respeito à articulação de Diplomacia Pública e relações públicas.

⁷ Disponível em: https://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=1490

⁸ Disponível em:

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=27&codcur=27110&codhab=2&tipo=N>

⁹ Disponível em: <https://www.ucs.br/site/portalcursos/sobre/434/1/959/>

¹⁰ Disponível em: https://www.feevale.br/s/conteudo/b8f96813-2e5b-4093-b027-b9bbe0277b3b/RELA%c3%87%c3%95ES_P%c3%9aBLICAS_-_BACHARELADO_-_202401_-_NOTURNO.pdf

[_NOTURNO.pdf](https://www.feevale.br/s/conteudo/b8f96813-2e5b-4093-b027-b9bbe0277b3b/RELA%c3%87%c3%95ES_P%c3%9aBLICAS_-_BACHARELADO_-_202401_-_NOTURNO.pdf)

Internacionais” e “Internacionalização e culturas”, respectivamente. Unisinos¹¹ não oferece disciplina obrigatória multidisciplinar entre Relações Públicas e Relações Internacionais, apesar de disponibilizar optativas com temáticas globais. A PUC-RS¹² já dispõe de “Relações Públicas Internacionais” em seu currículo, mas com a nota “Disciplina em implantação”. Por fim, UFAL¹³, UERJ¹⁴ e UFMG¹⁵ não parecem oferecer tais matérias em sua grade curricular.

Esses dados levam a entender que, apesar de não estar totalmente fora das discussões e formações, a articulação entre as duas áreas, seja na formação do diplomata ou na formação do profissional de Relações Públicas, ainda é instável. Sua presença no currículo parece ter um caráter mais eletivo, seja por parte da instituição que faz ou não a oferta, ou, depois, do aluno, que se matricula ou não.

5. Conclusão

Como vimos, é notória a sobreposição de objetivos entre as áreas das Relações Públicas Internacionais e da Diplomacia Pública. A intenção de alcançar e se relacionar com públicos estrangeiros, a fim de gerar compreensão mútua ou admiração pela imagem do país, por exemplo, permite perceber essa conexão.

Sobre a análise das formações do Instituto Rio Branco e das universidades, é importante reforçar que o levantamento realizado não tem por objetivo um mapeamento robusto do currículo das instituições. O que pretendemos é ter a temperatura do fomento a essa articulação. O que foi encontrado reflete o que a literatura aponta: a produção acadêmica acerca das Relações Públicas internacionais ainda é escassa e muito restrita à iniciativa privada; e o estágio inicial do estudo e vinculação entre Relações Públicas Internacionais e Diplomacia Pública.

Por fim, entendemos que o trabalho conjunto entre as áreas pode ser vantajoso a ambas. Como exemplo: em um planejamento estratégico com objetivo de aumentar o *soft*

¹¹ Disponível em: <https://www.unisinos.br/graduacao/images/cursos/grades-curriculares/GR13018-001-002.pdf>

¹² Disponível em: <https://www.pucrs.br/grade-corpo-docente/dados-do-curso/?slug=relacoes-publicas>

¹³ Disponível em:

<https://ufal.br/estudante/graduacao/cursos?unidade=859&curso=353287&curriculo=108162>

¹⁴ Disponível em: <https://www.fcs.uerj.br/ementarios-rp/>

¹⁵ Disponível em: <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2699/91236>

power de um país, a Diplomacia Pública – por sua intersecção com as relações internacionais - tem mais capacidade de diagnosticar esse tipo de cenário belicoso. O olhar de Relações Públicas Internacionais, por sua vez, pode complementar esse diagnóstico sob a ótica da comunicação, com seus instrumentos de pesquisa, planejamento e gestão de imagem e reputação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas: relações com os diferentes públicos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BASTOS, Aline. Relações Públicas Internacionais: um estudo comparativo das relações públicas no Brasil e na China. **Comunicarte**, Campinas, v. 30, n. 41, p. 51-64, jul.-dez. 2010.

COOMBS, Timothy; SIGNITZER, Benno. Public relations and public diplomacy: Conceptual convergences. **Public Relations Review**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 137-147, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/036381119290005J>. Acesso em: 07 de dezembro de 2022.

CULBERTSON, Hugh; CHEN, Ni. **International Public Relations**. [s.l.] Routledge, 2013.

L'ETANG, J.; PIECZKA, M. (Eds.). **Critical perspectives in public relations**. Londres, Inglaterra: International Thomson Business Press. 1996.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207-207, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

MALONE, Gifford. **Political advocacy and cultural communication: Organizing the nation's public diplomacy**. Lanham, MD, USA: University Press of America, 1988.

MARQUES, Ricardo Almeida; VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso Monteiro. O Que se Espera de um Diplomata? Mudanças Curriculares no Instituto Rio Branco no Governo Bolsonaro | What is Expected of a Diplomat? Curriculum Changes in the Rio Branco Institute in the Bolsonaro Government. **Mural Internacional**, [S. l.], v. 14, p. e66907, 2023. DOI: 10.12957/rmi.2023.66907. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/66907>. Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

NYE, Joseph. **Soft Power: the means to success in world politics**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

SILVA, Vagner. **Uma perspectiva internacional para as Relações Públicas**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, Rio de Janeiro, 2005

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

TUCH, Hans N. **Communicating with the World: U.S. Public Diplomacy Overseas**. New York: St. Martin's Press, 1990.